

# **Fundação Nossa Senhora da Esperança**

## **Anexo**

# Índice

Índice .....	2
1 Identificação da Entidade .....	2
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1 Bases de Apresentação .....	3
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	8
5 Activos Fixos Tangíveis .....	8
6 Custos de Empréstimos Obtidos .....	9
7 Inventários.....	9
8 Rédito .....	10
9 Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	10
10 Benefícios dos empregados .....	10
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	11
12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
13 Outras Informações.....	11
13.1 Investimentos Financeiros .....	11
13.2 Clientes e Utentes .....	11
13.3 Outras contas a receber .....	12
13.4 Caixa e Depósitos Bancários.....	12
13.5 Fundos Patrimoniais.....	12
13.6 Fornecedores.....	13
13.7 Estado e Outros Entes Públicos.....	13
13.8 Outras Contas a Pagar .....	13
13.9 Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
13.10 Fornecimentos e serviços externos.....	14
13.11 Outros rendimentos e ganhos.....	14
13.12 Outros gastos e perdas.....	14
13.13 Resultados Financeiros.....	15
13.14 Acontecimentos após data de Balanço .....	15

## 1 Identificação da Entidade

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		4.424.990,05	4.090.481,97
Bens do património histórico e artístico e cultural		190.552,56	190.552,56
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		500,00	500,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>4.616.042,61</b>	<b>4.281.534,53</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		20.943,38	21.576,92
Créditos a receber		11.787,16	7.424,11
Estado e outros entes públicos		2.007,70	4.695,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		76,60	76,60
Outros ativos correntes		9.045,41	5.022,57
Caixa e depósitos bancários		674.174,06	820.210,65
		<b>718.034,31</b>	<b>859.006,68</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.334.076,92</b>	<b>5.140.541,21</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		91.728,35	91.728,35
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		3.400.375,03	3.385.486,83
Excedentes de revalorização		427.000,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1.221.811,46	1.315.678,77
		<b>5.140.914,84</b>	<b>4.792.893,95</b>
Resultado líquido do período		13.106,43	14.888,20
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>5.154.021,27</b>	<b>4.807.782,15</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		791,99	791,99
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>791,99</b>	<b>791,99</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Financiadores		10.541,10	26.513,82
Estado e outros entes públicos		22.445,98	17.690,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		33.688,00	186.422,80
Diferimentos		0,00	1.389,57
Outros passivos correntes		112.588,58	99.950,83
		<b>179.263,66</b>	<b>331.967,07</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>180.055,65</b>	<b>332.759,06</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5.334.076,92</b>	<b>5.140.541,21</b>

A Direção

O responsável

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		838.046,87	811.083,69
Subsídios, doações e legados à exploração		354.132,66	339.760,34
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		134.595,98	137.780,19
Fornecimentos e serviços externos		247.512,88	243.524,92
Gastos com o pessoal		816.879,67	772.568,90
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	1.020,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		138.501,11	145.396,12
Outros gastos		670,66	434,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>131.021,45</b>	<b>140.912,14</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		114.932,19	122.071,74
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>16.089,26</b>	<b>18.840,40</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		299,50	2.541,85
Juros e gastos similares suportados		3.282,33	6.494,05
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>13.106,43</b>	<b>14.888,20</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>13.106,43</b>	<b>14.888,20</b>

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

A "Fundação Nossa Senhora da Esperança" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação de Solidariedade Social" com estatutos publicados no Diário da República n.º 45, Série II, de 4 de Março de 2008 com sede em Rua Sequeira Sameiro – Castelo de Vide. Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- 1 - A Fundação tem como fins exercer e/ou promover actividades de assistência nos campos da tiflogia, da terceira idade, e outras de natureza social.
- 2 - A Fundação desenvolve igualmente a sua actuação nas áreas da Formação e Qualificação Avançada e Cultural.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50

Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	4
Outros Activos fixos tangíveis	0

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

### 3.2.3 Inventários

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

### 3.2.4 Rédito

O Rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

### 3.2.5 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso que se imputam aos



referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como “subsídios à Exploração” na demonstração de resultados.

### **3.2.6 Instrumentos Financeiros**

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.8 Provisões**

Provisões específicas do sector.

### **3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Activos Fixos Tangíveis**

No período de 2017, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	1 948,32					1 948,32
Arquivos/ Museus	187 751,19					187 751,19
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>189 699,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>189 699,51</b>

#### Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	2 811,07				332 000,00	334 811,07
Edifícios e outras construções	4 758 730,57	3 183,24	5 468,17		90 000,00	4 846 445,64
Equipamento básico	594 043,82	12 663,82	46 841,33			559 866,31
Equipamento de transporte	96 440,42	2 679,64			5000,00	104 120,06
Equipamento administrativo	189 055,90		9 938,89			179 117,01
Outros Ativos fixos tangíveis	202 474,65					202 474,65
<b>Total</b>	<b>5 843 556,43</b>	<b>18 526,12</b>	<b>62 248,39</b>	<b>0,00</b>	<b>427 000,00</b>	<b>6 226 834,74</b>

Descrição	2017		
	Saldo Inicial	Depreciações Acumuladas	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	334 811,07	2 811,07	332 000,00
Edifícios e outras construções	4 846 445,54	1 042 013,10	3 804 432,54
Equipamento básico	564 366,31	519 106,30	45 260,01
Equipamento de transporte	104 120,06	50 489,62	53 630,44
Equipamento administrativo	179 117,01	130 055,80	49 061,21
Outros Ativos fixos tangíveis	202 474,65	57 368,80	145 105,85
<b>Total</b>	<b>6 226 834,74</b>	<b>1 801 844,69</b>	<b>4 424 990,05</b>

## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	33 688,00	0,00	33 688,00	186 422,80	0,00	186 422,80
<b>Total</b>	<b>33 688,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33 688,00</b>	<b>186 422,80</b>	<b>0,00</b>	<b>186 422,80</b>

## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	15 746,11	0,00	0,00	15 746,11	0,00	0,00	15 746,11
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 551,85	0,00	0,00	5 830,81	0,00	0,00	5 197,27
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>22 297,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21 576,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20 943,38</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				137 780,19			134 595,98
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 8 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	838 046,87	809 727,69
Quotas e joias	0,00	1 356,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	299,50	2 541,85
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>838 346,37</b>	<b>813 625,54</b>

## 9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017
<b>Subsídios do Governo</b>	
QREN	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

## 10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respectivamente 5 e 5. Os órgãos directivos não usufruem remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 69 (43 com contrato no Lar JGPN, 20 com contrato no Lar do Convento, 3 estágio Profissional, 3 CEI) e em 31/12/2016 foi de 69 (43 com contrato no Lar JGPN, 20 com contrato no Lar do Convento, 3 estágio Profissional, 3 CEI).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	640 099,77	610 026,64
Benefícios Pós-Emprego	0,00	2 898,02
Indemnizações	534,82	1 712,85
Encargos sobre as Remunerações	141 898,72	130 366,02
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 994,78	5 391,69
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	29 351,58	22 173,68
<b>Total</b>	<b>816 879,67</b>	<b>772 568,90</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2017 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2016
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	791,99	0,00	0,00	791,99
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>791,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>791,99</b>

## 12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	500,00	500,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	500,00	500,00
<b>Total</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>

### 13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	11 787,16	7 424,11
<b>Cientes e Utentes títulos a receber</b>		
Cientes	-10 541,10	-26 513,82
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes factoring</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>1 246,06</b>	<b>-19 089,71</b>

### 13.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	713,24
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 451,75	-378,25
Outras operações	-322,99	-1 202,72
Outros Devedores	5 593,66	4 687,58
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8 722,42</b>	<b>3 819,85</b>

### 13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	239,00	625,68
Depósitos à ordem	574 971,65	250 942,15
Depósitos a prazo	245 000,00	245 000,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>820 210,65</b>	<b>496 567,83</b>

### 13.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2017	2016
Caixa	398,01	239,00
Depósitos à ordem	428 776,05	574 971,65
Depósitos a prazo	245 000,00	245 000,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>674 174,06</b>	<b>820 210,65</b>

### 13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	10 541,10	26 513,82
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>10 541,10</b>	<b>26 513,82</b>

### 13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 995,70	2 315,12
Outros Impostos e Taxas	12,00	12,00
<b>Total</b>	<b>2 007,70</b>	<b>2 327,12</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	18 655,43	13 541,55
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>18 655,43</b>	<b>13 541,55</b>

### 13.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		-713,24
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		322,99		1 202,72
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>-5 593,66</b>		<b>-4 687,58</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>-5 270,67</b>	<b>0,00</b>	<b>-4 198,10</b>

### 13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	353 256,70	337 262,56
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	875,96	2 497,78
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>354 132,66</b>	<b>339 760,34</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	68 022,61	68 810,47
Materials	7 056,12	12 300,32
Energia e fluidos	111 669,42	106 514,15
Deslocações, estadas e transportes	1 754,39	2 409,44
Serviços diversos	59 010,34	53 490,54
<b>Total</b>	<b>247 512,88</b>	<b>243 524,92</b>

### 13.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 361,08	2 437,03
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	95,50	80,02
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	27 198,54	31 382,07
Outros rendimentos	109 845,99	111 497,00
<b>Total</b>	<b>138 501,11</b>	<b>145 396,12</b>

### 13.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,00	164,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00



Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	670,66	270,00
<b>Total</b>	<b>670,66</b>	<b>434,00</b>

### 13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	3 282,33	6 494,05
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 282,33</b>	<b>6 494,05</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	299,50	2 541,85
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>299,50</b>	<b>2 541,85</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-2 982,83</b>	<b>-3 952,20</b>

### 13.14 Acontecimentos após data de Balanço


Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Administração em 20 de Março de 2017.

Castelo de Vide, 31 de Dezembro de 2017

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção

